
Estratégias defensivas utilizadas frente à conciliação maternidade e trabalho: (re) pensando o caso das profissionais de educação

CRISTIANO DE JESUS ANDRADE¹
ANDRIELE FRANCO PEREIRA²
MARCELA SILVA BACCELLI³

RESUMO

Comumente ao fim do período de licença maternidade as mulheres experimentam sofrimento psíquico. Uma vez que conciliar trabalho produtivo (fora de casa), trabalho reprodutivo (atividades domésticas) e a maternagem se configura como uma tarefa exigente a estas trabalhadoras/mães. Neste sentido, este artigo apresenta resultados parciais de um estudo que teve como parte de seus objetivos analisar as estratégias defensivas utilizadas por mulheres egressas da licença maternidade. Adotou-se como método de investigação a pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso com recorte transversal. Participaram da pesquisa 13 profissionais da área de educação, todas vinculadas à administração pública de um município do Estado de Minas Gerais. A entrevista semiestruturada foi utilizada como instrumento de coleta, cujos conteúdos foram analisados à luz das premissas teóricas da análise de conteúdo de Bardin. Os resultados demonstram que, ao contrário do que sugerem teóricos da psicodinâmica do trabalho, as participantes deste estudo fazem uso das estratégias defensivas, não para se defenderem no contexto de trabalho, mas sim para saberem como lidar com seus conflitos pessoais frente à demanda de ser uma “boa mãe”. Considerando que na maior parte dos discursos a carreira se apresentou de modo antagônico ao papel de mãe e do exercício da maternagem.

-
- 1 Doutor em Psicologia da Saúde pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Professor da Faculdade Anhanguera de Poços de Caldas/MG.
 - 2 Mestra em Psicologia pela PUCMG. Coordenadora da graduação em Psicologia da Faculdade Anhanguera de Poços de Caldas.
 - 3 Doutora em Psicologia da Saúde pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Professora da Universidade de Uberaba (UNIUB).

Palavras-chave: Servidoras públicas; Licença maternidade; Trabalho X maternidade; Estratégias defensivas.

ABSTRACT

Commonly at the end of the period of maternity leave, women experience psychological distress. Once reconciling productive work (outside the home), reproductive work (domestic activities) and motherhood is a demanding task for these workers/mothers. In this sense, this article presents partial results of a study that had as part of its objectives to analyze the defensive strategies used by women discharged from maternity leave. The qualitative research of the case study type with transversal cut was adopted as investigation method. Thirteen education professionals participated in the research, all linked to the public administration of a municipality in the State of Minas Gerais. The semi-structured interview was used as a collection instrument, whose contents were analyzed in the light of the theoretical premises of Bardin's content analysis. The results demonstrate that, contrary to what theorists of psychodynamics at work suggest, the participants in this study make use of defensive strategies, not to defend themselves in the work context, but rather to know how to deal with their personal conflicts in face of the demand to be a "good mother". Considering that in most speeches the career presented itself in an antagonistic way to the role of mother and the exercise of mothering.

Keywords: Public servants; Maternity leave; Work X maternity; Defensive strategies.

RESUMEN

Comúnmente, al final del período de baja por maternidad, las mujeres experimentan angustia psicológica. Ya que conciliar el trabajo productivo (fuera del hogar), el trabajo reproductivo (actividades domésticas) y la maternidad es una tarea exigente para estas trabajadoras/madres. En este sentido, este artículo presenta resultados parciales de un estudio cuyos objetivos fueron analizar las estrategias defensivas utilizadas por las mujeres que regresan de su baja por maternidad. Se adoptó como método de investigación la investigación cualitativa de estudio de casos con enfoque

transversal. Participaron de la investigación trece profesionales de la educación, todos vinculados a la administración pública de un municipio del Estado de Minas Gerais. Se utilizó como instrumento de recolección la entrevista semiestructurada, cuyos contenidos fueron analizados a la luz de las premisas teóricas del análisis de contenido de Bardin. Los resultados demuestran que, contrariamente a lo que sugieren los teóricos de la psicodinámica del trabajo, los participantes en este estudio utilizan estrategias defensivas, no para defenderse en el contexto laboral, sino para saber afrontar sus conflictos personales ante la exigencia de ser una “buena madre”. Considerando que en la mayoría de los discursos la carrera fue presentada de manera antagónica al rol de madre y al ejercicio de la maternalidad.

Palabras clave: Servidores públicos; Licencia de maternidad; Trabajo X maternidad; Estrategias defensivas.

INTRODUÇÃO

Para melhor compreensão dos conflitos vivenciados pela mulher trabalhadora/mãe egressa da licença maternidade, provocada entre papéis percebidos como dicotômicos, diante da imposição social do cuidado com o(s) filhos(as) em confronto com seu trabalho fora do ambiente privado, remunerado, deve-se considerar como essas mulheres, a partir de suas vivências, vão desenvolvendo estratégias defensivas para lidarem com a realidade (Andrade; Praun; Avoglia, 2018).

A análise psicodinâmica das vivências das mulheres trabalhadoras relacionadas à organização do trabalho produtivo e reprodutivo permite o entendimento dos processos atrelados à dinâmica saúde/doença no trabalho doméstico e organizacional (Freitas *et al.*, 2019; Andrade *et al.*, 2018). Neste contexto, a organização do trabalho representa uma realidade social que mobiliza e também é mobilizada pela trabalhadora que, por sua vez, coloca sua subjetividade e constitui a intersubjetividade no trabalho (Amaral; Mendes; Facas, 2019).

Esta análise propõe o entendimento da dinâmica existente no contexto de trabalho, que pode ser definida pela “atuação de forças, visíveis e invisíveis, objetivas e subjetivas, psíquicas, sociais, políticas e econômicas que podem ou não, deteriorar esse contexto,

transformando-o em lugar de saúde e/ou de patologias e de adoecimento” (Mendes, 2007, p. 29).

Considerando que trabalho e maternidade são duas atividades possíveis, para que possa conciliá-las, a mulher precisa encontrar caminhos muitas vezes relegados à sua responsabilidade individual (Andrade *et al.*, 2018; Garcia; Viecili, 2018). Entre estes, Rocha-Coutinho e Rocha-Coutinho (2011) acreditam que, na maior parte das vezes, as mulheres conseguem separar claramente casa, família e profissão, reduzindo deslocamentos, horas-extras e evitando trazer trabalho para casa.

Nesta perspectiva, segundo Mendes (2004), pode-se compreender que tal sofrimento que estas mulheres experimentam não se configura exatamente como forma de adoecimento, uma vez que as trabalhadoras passam a fazer uso do potencial que possuem como uma forma de recurso interno e externo para transformação do sofrimento na busca pelo prazer e realização.

Ainda com base em Mendes (2004), esta dinâmica é marcada pela utilização de estratégias defensivas capazes de mobilizar as trabalhadoras de maneira individual ou coletiva, estabelecendo uma relação mais gratificante com o trabalho e também buscando o reconhecimento, fator essencial no processo de construção da identidade profissional.

Dejours (1994), acredita que o sofrimento promove estratégias de enfrentamento, suscitando assim uma ideologia defensiva, na qual seu caráter é vital, fundamental e necessário. Para o autor, “a ideologia defensiva é funcional a nível de grupo, de sua coesão, de sua coragem, e é funcional inclusive a nível do trabalho; é a garantia da produtividade” (Dejours, 1992, p. 78). Esta surge substituindo os mecanismos de defesa individuais por estratégias coletivas de defesa, que “agem sobre a percepção da realidade, tornando-a mais suave e, concedendo ao sujeito uma segurança que, apenas com suas próprias defesas, será incapaz de garantir” (Dejours, 1994, p. 117).

A diferença fundamental entre um mecanismo de defesa individual e uma estratégia coletiva de defesa é que “o mecanismo de defesa está interiorizado, ou seja, persiste mesmo sem a presença física de outros, enquanto a estratégia coletiva de defesa não se sus-

tenta a não ser por um consenso, dependendo assim, de condições externas” (Dejours, 1994, p. 114).

Para Mendes (1996), as estratégias defensivas são necessárias para a saúde do trabalhador, já que protegem o sujeito contra o sofrimento causado pelas situações de trabalho geradoras de conflito e evitam o adoecimento, ainda que a condição necessária para o equilíbrio psíquico deste estaria na possibilidade de o âmbito laboral ser um local de reconhecimento, liberdade e valorização do trabalhador. Em contrapartida, essas defesas tornam-se negativas quando alienam o indivíduo, imobilizando-o e não provocando mudanças no contexto de trabalho.

Cabe salientar que, conforme Giannini *et al.* (2019) o desenvolvimento da identidade e a transformação do sofrimento estão diretamente relacionados ao olhar do outro e aos mecanismos de reconhecimento decorrentes deste olhar. Desta forma, para Tschiedel e Traesel (2013, p. 623), “ao não encontrar espaços de visibilidade, o sofrimento vivenciado pela mulher em seu trabalho, pode encontrar no corpo, na dor, na somatização, o lugar para se expressar, levando ao adoecimento”. Segundo as mesmas autoras, Tschiedel e Traesel (2013, p. 620), “quando as estratégias de defesa coletivas falham pelo individualismo, surgem as patologias da solidão, sendo que a dor pode estar entre estas indicando que está havendo no trabalho uma condição insuportável que a mulher não está conseguindo transpor ou elaborar”

No Brasil, a tentativa de conciliar maternidade e carreira, a fim de postergar a separação mãe-bebê, foi discutida no âmbito político. Desde 1943, com a instituição da CLT, a legislação garante esse momento entre mãe e filho nos primeiros meses de vida do bebê, o que é nomeado de licença-maternidade (Garcia; Viegli, 2018). Com a necessidade de ir além, em setembro de 2008, o então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o aumento da licença-maternidade de 120 para 180 dias. No entanto, a extensão não é obrigatória, sendo hoje em sua maioria uma prática de organizações públicas (Andrade; Praun; Avoglia, 2018).

De acordo com Lima *et al.* (2018), há pesquisas internacionais que indicam que a manutenção do vínculo entre a mãe e o bebê após seu nascimento é intensificado pelo convívio entre os dois,

gerando uma sensação de maior bem-estar ao bebê e uma maior probabilidade de boa saúde mental ao mesmo.

Portanto, essa separação do bebê é um momento importante na vida da mulher e de seu filho. O fim da licença-maternidade e a hora do reingresso no mercado de trabalho, conforme propõe Jerusalinsky (2009), têm implicações importantes para as mulheres. Para a autora, elas tendem a não conseguir reinvestir da mesma maneira nesses dois espaços; seja pelo temor de faltarem excessivamente ao seu bebê, seja por não saberem dosar a presença/ausência com seu filho. Este conflito relaciona-se em grande medida à ideia de mãe ideal. Também deve-se considerar que a maneira como as responsabilidades de cuidar dos filhos recai sobretudo sobre as mulheres. Estas se veem impossibilitadas para realizar atividades no trabalho que ampliem o distanciamento do ambiente doméstico (viagens de trabalho inesperadas, horas extras etc.).

Mesmo tendo o afastamento do trabalho legitimado, Martins *et al.* (2014) apontam que, com a aproximação do fim da licença maternidade, muitas mulheres trabalhadoras começam a sentirem-se culpadas por terem de deixar o seu bebê, como se o estivessem a abandonar, angustiando-se com o regresso ao trabalho que se aproxima. São invadidas por preocupações e medos, receando influências no aleitamento materno e perda do estatuto de mãe (receio de ser dispensável se não perpetuar a amamentação, receio de que o bebê passe a gostar mais da cuidadora do que de si, ou de que se esqueça de si como mãe). Para que o trabalho seja fonte de saúde, há necessidade do reconhecimento daquele que trabalha, uma vez que neste reconhecimento reside a possibilidade de transformar o sofrimento em prazer (Dejours, 1999). Em síntese, amparando na teoria de Dejours (2012), torna-se relevante salientar que, para que o trabalho possa vir a ser dotado de sentido e considerado uma atividade que promova vida as mulheres egressas da licença maternidade, o mesmo precisa fazer sentido a elas, a seus pares e ao meio como um todo que se encontra.

OBJETIVO

Mediante ao até aqui apresentado, este artigo tem como objetivo

descrever e compreender as principais estratégias defensivas frente ao trabalho, segundo mulheres egressas da licença maternidade.

MÉTODO

A pesquisa foi embasada no modelo qualitativo-descritivo, do tipo estudo de caso com recorte transversal. No contexto do método qualitativo aplicado à saúde é empregada a concepção trazida das Ciências Humanas, segundo a qual não se busca estudar o fenômeno em si, mas entender seu significado individual ou coletivo para a vida das pessoas (Turato *et al.*, 2019). O significado tem função estruturante pois, em torno do que as coisas significam, as pessoas organizam, de certo modo, suas vidas. O método qualitativo tem o fim comum de criar um modelo de entendimento profundo de ligações entre elementos, isto é, de falar de uma ordem que é invisível ao olhar comum. Salienta-se ainda o termo processo, caracterizando o método qualitativo como aquele que busca entender como o objeto de estudo acontece ou se manifesta, e não aquele que almeja o produto, isto é, os resultados finais matematicamente trabalhados (Turato *et al.*, 2019).

A compreensão singular de eventos, sejam eles quais forem, é o princípio básico do estudo de caso, categoria em que se enquadra esta pesquisa (Carnut, 2019). O objeto estudado (no caso desta pesquisa, as estratégias defensivas utilizadas por trabalhadoras da educação egressas de licença maternidade) é tratado como único, como representação particular da realidade. Assim, cada caso, desarte sua similitude com outros, é, concomitantemente, diferente, devendo ser “desvelado” e estudado com e pelas suas idiossincrasias, em uma situação ou em determinado problema (Carnut, 2019).

As pesquisas de caráter transversal podem ser definidas como estudos em que a exposição ao fator ou causa está presente ao efeito no mesmo momento ou intervalo de tempo analisado (Carnut, 2019). Os estudos transversais descrevem uma situação ou fenômeno em um momento não definido, apenas representado pela presença de uma vivência, ou forma de existir como, as implicações vivenciadas por mulheres egressas de licença maternidade em seus postos de trabalho (Carnut, 2019).

A escolha das participantes foi deliberada de uma amostra determinada, com características definidas (Turato *et al.*, 2019). A este modo, participaram 13 servidoras públicas concursadas de uma prefeitura situada no sul de Minas Gerais, sendo que todas se encontram atuando junto à Secretaria Municipal de Educação, tendo sido entrevistadas: duas professoras (uma atuante no ensino fundamental e outra no ensino médio), duas supervisoras pedagógicas, duas berçaristas, duas merendeiras, uma auxiliar de serviços gerais (registro único de entrada em licença maternidade no período de 2014 e 2015), duas auxiliares de educação inclusiva, e duas auxiliares de desenvolvimento infantil.

Cabe salientar que a escolha de profissionais da educação como público a ser estudado deve-se a compreensão do dilema que vivenciam, uma vez que estas ao fim da licença maternidade deixam de cuidar de seus filhos enquanto mães para retornarem ao posto de trabalho em que fazem função de educar e cuidar de outras crianças enquanto, muitas vezes, suas mães também estão trabalhando. Provocam, assim, a refletir sobre o modo como esta vivência dilemática é configurada em sua dinâmica psíquica.

A idade das mulheres trabalhadoras/mães participantes deste estudo varia entre 30 e 44 anos, sendo todas nascidas no Estado de Minas Gerais. Entre as entrevistadas, 10 se autodeclararam brancas, outras duas declararam-se da cor preta e uma da cor parda. Todas são casadas, tendo entre um(a) e três filhos(as), analisando que, entre estas, nove assinalaram ser mães de dois filhos(as), ao passo que três afirmam terem gerado três filhos(as) e apenas uma é mãe de um filho(a).

Quanto a religião, as trabalhadoras dividem-se entre as que se declararam católicas (7) e evangélicas (6). No tocante à escolaridade, cinco relatam ter concluído o ensino superior, quatro apontam ter ensino superior com Pós-Graduação *Lato Sensu*, três possuem ensino médio completo e uma, ensino superior incompleto.

Entre a totalidade das 13 participantes, 11 afirmam que em suas casas a principal fonte de renda provém do marido. Duas das entrevistadas declararam ser elas mesmas as principais provedoras. Considerando que quatro relatam que, junto à renda do parceiro, somam de 1 a 3 salários mínimos ao mês, cinco relatam que a família

recebe de 3 a 6 salários mínimos e quatro recebem de 6 a 9 salários mínimos. É relevante pontuar que três participantes disseram dividir a casa com mais quatro habitantes, nove dividem com mais quatro habitantes e uma com mais dois habitantes.

Do ponto de vista da inserção e dinâmica de trabalho, as participantes possuem de 3 a 23 anos de serviço junto à prefeitura, salientando que a jornada de trabalho das mesmas varia entre 4 horas por dia (3 participantes) e 6 horas diárias (10 trabalhadoras). No tocante ao trabalho reprodutivo/atividades domésticas, todas se ocupam de tal fazer. No entanto, dez entrevistadas dividem as demandas domésticas com outros membros da família, ou com auxiliar contratada (apenas uma), porém, três não fazem esta divisão já que assumem tal responsabilidades sem apoio.

PROCEDIMENTOS

As participantes foram convidadas, considerados os critérios anteriormente estabelecidos, por contato telefônico, onde detalhou-se o objetivo da pesquisa, bem como a importância das participações.

As entrevistas, com duração de 50 minutos cada, realizaram-se no consultório de um dos pesquisadores (Cristiano), situado na região central da cidade. A entrevista realizada em um único encontro, semidirigida, foi organizada a partir de um roteiro prévio de questões. Ressalta-se que a entrevista semidirigida foi escolhida para a coleta de dados por permitir que os resultados obtidos se mantenham dentro do enfoque da pesquisa e fornecendo, ao mesmo tempo, liberdade para que a participante exteriorize outras respostas relacionadas com a temática principal.

As entrevistas gravadas foram transcritas e a posteriori feita uma segunda escuta para conferir a fidedignidade dos dados da transcrição. Os dados foram analisados a luz do método de Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), uma vez que este visa obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição o teor das respostas, tentando compreender criticamente o sentido das mensagens através de uma busca incessante por significações explícitas e ocultas (Bardin, 2016).

Neste sentido, todo o conteúdo e a saturação das falas foram analisados a partir dos seguintes procedimentos metodológicos: categorização, inferência, descrição e interpretação dos resultados (Bardin, 2016).

Buscou-se realizar uma síntese categórica, priorizando os aspectos mais importantes das mensagens, reduzindo os dados repetitivos e agrupando-os em categorias temáticas, nas quais foram nomeadas como Categorização das Informações. Essas categorias temáticas foram criadas para sistematizar os resultados obtidos (Bardin, 2016). É interessante salientar que entre estas categorias, encontra-se o recorte que a seguir será apresentado.

Por fim, informamos ainda que a participação na pesquisa, por parte das entrevistadas, foi de livre escolha, precedida da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tanto pela entrevistada como pelo pesquisador, com a garantia de sigilo sobre sua identificação. Cabe ainda salientar que o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa vinculado à Universidade Metodista de São Paulo. Também se solicitou a permissão para uso do gravador.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de serem apresentados os conteúdos tangíveis às estratégias de defesas utilizadas pelas trabalhadoras/mães, faz-se necessário apontar que, na perspectiva de Dejours (2012), quando se inicia em um dado trabalho, para que se possa apropriar de suas habilidades, o sujeito precisa se permitir ser atravessado pelas condutas/diretrizes que deste vem. Sendo assim, no caso das participantes desta pesquisa não é diferente pois, ao retornarem da licença maternidade reencontram o posto de atuação, porém com possíveis mudanças, já que passados 6 meses alguns manejos relacionados às atividades de trabalho que antes não executavam podem ter sido implementados institucionalmente. Desta forma, assim como uma trabalhadora iniciante, para que esta possa se reapropriar do lugar antes ocupado, torna-se imprescindível que aceite ser novamente habitada pelo trabalhar (Dejours, 2012).

Em outras palavras, faz-se necessário que cada uma, ao seu

modo, encontre caminhos de sentir-se pertencente a tal contexto, ainda que para isso os conteúdos inerentes ao fazer profissional tenham que estar presentes em suas insônias ou em seus sonhos, considerando que será a este modo que poderão acabar por adquirir essa refamiliaridade com o objeto do trabalhar que confere à inteligência seu caráter genial. Em outras palavras, seu poder de engenhosidade em solucionar problemas, mesmo que tenham que lançar mãos das chamadas defesas, sejam estas, de caráter pessoal ou coletivo.

No que concerne às defesas utilizadas por estas trabalhadoras, segundo Dejours (2012), pode-se dizer que é essencial, pois, de modo geral, no que compete ao posto de trabalho, o trabalhador quase sempre está sujeito a vivenciar constrangimentos de caráter deletério em sua trajetória, uma vez que os riscos aos quais estarão submersas não são, em sua maioria, administrados em sua integridade. Alguns nem mesmo podem sê-lo, pois a situação de trabalho vai além de fatos muitas vezes visíveis ou ponderáveis, sendo que cada uma os percebe de um modo peculiar e, para tanto, as repercussões internas também se manifestarão de modo singular diante de tais percepções. Neste sentido é que o uso das defesas vem como uma forma de manutenção, tanto do trabalhar, quanto do desejar continuar por parte das trabalhadoras, já que em meios de angústia, sobrecarga, falta de reconhecimento, ou fenômenos afins, a tendência é que, por defesa, em algum momento possam vir a querer se distanciar do local promotor destas tensões.

Contudo, é de extrema relevância esclarecer que, ao contrário do que aponta a teoria psicodinâmica que aborda os mecanismos como uma defesa no que tange às vivências profissionais, ao refletirem sobre o retorno ao trabalho após o fim da licença maternidade, as participantes expressaram em seus discursos estratégia de defesa contra o possível sofrimento a ser experimentado devido à separação do bebê. No entanto, não se manifestam conteúdos essencialmente oriundos das atividades que retomaram a exercerem, mas caminhos que cada uma, ao seu modo, buscou percorrer a fim de aliviar a dor de estar distante dos filhos (as) no período de trabalho.

Sendo assim, pode-se compreender que tais estratégias não são

lançadas com o propósito de defender-se de fenômenos desvelados no cotidiano do posto de trabalho ou nas atividades executadas, mas sim, nas próprias vivências pessoais inerentes a relação mãe-bebê, uma vez que, nos discursos não apontam conteúdos relacionados às atividades trabalhistas que exercem, mas sim, sobre o sofrimento de lidar com a distância dos filhos (as), enquanto atuam profissionalmente. Para melhor compreensão, seguem relatos ilustrativos:

Eu me preparei muito para isso, sabe? Porque na educação infantil que trabalho e sempre trabalhei, eu via muito o desgaste que as mães e as crianças passavam no período da separação por causa de ter que ficar lá na unidade. Via sofrimento por não ter mais como ficarem no colo da mãe, tanto as crianças quanto as mães choram, então eu não quis isso nem para mim e nem para minhas meninas! Então ao longo de toda a licença maternidade eu fui trabalhando isso, elas já ficavam mais no berço que no meu colo, ensinei a dormirem sozinhas e elas vieram comigo, ficaram no centro onde trabalho ficou lá perto de mim. Lá eu me policiava muito para entender que lá era supervisora e não mãe, mas para isso antes fui me preparando. Assim, se eu ia comprar um pão, as deixava com uma vizinha, isso para elas irem entendendo o que é estar longe de mim e para eu entender também, então para mim este retorno foi muito tranquilo! (Supervisora Pedagógica-2).

Em seu relato, esta participante demonstra o sentimento de onipotência, ou seja, de antecipatoriamente buscar o controle da situação, pensando em não expor sua filha, bem como não se permitir estar exposta também. Parece negar a realidade da dor ao vivenciar a separação, visto que já havia vislumbrado o acontecimento em outras mulheres. Não permitiu que, em sua família, este fenômeno também se desvelasse.

Tal onipotência vai além do vivido pela participante citada, uma vez que os relatos das trabalhadoras a seguir, trazem conteúdos que as provocaram a pensarem em uma busca de solução antes mesmo do encontro real com os filhos, haja vista que estas, antes mesmo do nascimento de seus bebês, já se precaviam pedindo transferência para uma instituição visando poderem levar os bebês juntos para

não experimentarem o temor diante da suposta quebra de vínculo que fantasiam, conforme pode se analisar:

Olha quando eu descobri que estava grávida, eu trabalhava em uma escola grande, nesta época mesmo já pedi transferência pra vir para o CEI (Centro de Educação Infantil), para poder ficar mais perto dela. É aqui a gente pode trazer eles e deixar junto, na época do meu menino, isso é quando ele nasceu não tinha nada disso, foi muito complicado para mim e para ele, muito sofrido. Então como a gente aprende e imediatamente já quis me transferir para cá. Já sabia que não seria fácil, mas não queria de jeito nenhum que acontecesse o mesmo que aconteceu com a primeira, então assim me preparei e tem dado certo! (Professora-1).

Para mim não foi tão complicado, porque eu já me preparei antecipadamente. Eu trabalhava em uma escola antes deles nascer, então quando me vi grávida já pedi para vir para creche exatamente para poder trazer junto. Neste caso não sofri tanto, porque eles vêm para cá comigo. Então aquele sofrimento que eu vejo as mães das crianças que ficam aqui passando eu não passei não (Auxiliar de Educação Inclusiva-1).

A minha experiência como mãe desta vez têm sido boa, porque quando eu tive a minha menina de oito anos, eu não trabalhava na prefeitura. Eu trabalhava no comércio, então eu ficava todo dia mais de oito horas distante dela. Após ter passado no concurso melhorou muito, porque o fato de eu trabalhar na educação me ajuda, porque posso levar eles junto comigo para creche. O meu menino de um ano e oito meses fica lá na unidade junto comigo. Então é bom, porque não tenho que ficar longe deles (Merendeira-1).

Mediante aos discursos anteriormente apresentados, pode-se pensar que o contexto educacional serviu como promotor para que tais defesas pudessem estar presentes na existência de cada uma das mães/trabalhadoras participantes deste estudo, considerando que salientam terem observado *sofrimento* vivenciado pela díade mãe-bebê que acompanham nas instituições. Fato este que as pro-

vocou a encontrar meios de não terem que junto aos seus filhos (as) também vivenciarem este sofrer.

Entretanto, é interessante observar que, embora as participantes anteriores demonstrassem terem obtido *sucesso* em suas estratégias de defesa trazendo os bebês para perto de si mesmas no posto de trabalho, o mesmo não gera a mesma sensação de prazer para as participantes a seguir. Segundo estas, o fato de estarem junto, porém distante dos bebês já que precisam ocupar o lugar de trabalhadoras, gera desconforto, o que as leva a questionarem o que seria *pior: ter um filho distante, ou tê-lo por perto e não poder ser mãe*. Naquele contexto, mesmo percebendo as necessidades advindas dos filhos (as), já que se encontra em desempenho do papel de profissionais, como se pode identificar:

“Até hoje não sei o que é pior, se é trabalhar e deixar o filho em outro lugar, ou se é trazer junto e não poder cuidar” (Berçarista-2).

Tal estratégia ao invés de ajudá-la a defender-se das angústias desencadeadas pela separação, para esta trabalhadora parece ter gerado certa crise na identidade, pois o fato de trabalhar na mesma instituição onde o filho é cuidado, a coloca diante do sentimento de impotência, haja vista que no posto de trabalho é trabalhadora e não mãe. Para ilustrar ainda mais a dificuldade encontrada por mulheres quanto a sua identidade no contexto laboral, devido a também serem mães e terem de levar os filhos para este posto, a fala a seguir aponta resistência por parte da equipe de trabalho na instituição em aceitar tal feito, visto que as colegas não distinguem quem é a mãe e quem é a trabalhadora, como se verifica:

Inicialmente eu levei ela comigo para a unidade, só que isso foi por pouco tempo porque infelizmente não deu tão certo, mas me ajudou a ficar mais tranquila, porque na época eu amamentava, não queria abrir mão de amamentar, então até ela se acostumar eu levei, mas a direção me pediu para não levar, porque houve uma berçarista que implicou e me trouxe alguns conflitos lá. Mas foi ainda sim tranquilo, porque aí passei a contar com a ajuda da minha mãe até encontrar uma nova

unidade para ela. Hoje ela tá em período de adaptação na nova unidade e eu já me adaptei bem (Auxiliar de Serviços Gerais).

Em meio a estas vivências, compreende-se que assim como sugerem Facas e Ghizoni (2017), uma das estratégias lançadas pelas mulheres/mães diz respeito à tentativa de separar os papéis exercidos, ter uma hora para cada coisa, momento de ser mãe e o momento de ser trabalhadora, como ilustra o relato abaixo:

(...) tento ser prática, assim quando trabalho busco fazer meu melhor e quando fico com ela é o tempo dela. Tento fazer o melhor que posso neste tempo, porque é para ela, mas quando não posso, preciso me lembrar que estou trabalhando! (Auxiliar de Desenvolvimento Infantil-1).

Embora busque executar tal divisão de papéis, ou seja, mãe e trabalhadora, como uma defesa, mas, ao ver de Dejours (2012), não se pode dizer que esta estratégia é favorável a esta ou a outra trabalhadora, já que pensar a ameaça de ser despossuída de si pelo trabalho repetitivo (no caso da participante em ser destituída do lugar de mãe), é uma fonte suplementar de sofrimento, uma vez que, com ou sem a injunção organizacional de não pensar na perda da identidade materna, haja vista que, cotidianamente, se esforça em assumir a situação de trabalho. A longo prazo é tomada pelo desejo de não mais pensar tanto no lugar materno, uma vez que pode sentir-se em necessidade de pôr um basta ao sofrimento e à angústia que implica a consciência clara da situação vivenciada, ou seja, distância da filha. Sendo assim, busca separar papéis para que possa supostamente *sofrer menos*. Contudo, este distanciamento pode vir a ser deslocado e o que a curto prazo se manifesta como uma busca de alívio do sofrimento quanto à separação. Em longo prazo pode configurar-se em um vislumbre da separação do filho de modo mais que temporal, ou seja, um distanciamento efetivo, simbolizado pela perda do desejo em ser mãe.

Mas, segundo Dejours (2012, p. 31), não mais pensar “(...) não é coisa fácil. Para espantar um pensamento, deve-se eventualmente procurar desviá-lo sobre um objeto substitutivo mobilizador de investimento afetivo”. Na situação aqui em perspectiva, essa

estratégia é oblíqua, ou até mesmo impossível, pois, por mais que possam nutrir afetividade pelo trabalho, bem como pelas atividades que desenvolvem, mas não há um modo de suprimir ou substituir o sentimento materno para com os (as) filhos (as), já que este é um desejo construído na ordem do pessoal, ou seja, é uma escolha da mulher e não uma realidade imposta como muitas vezes acontece o trabalho (Andrade *et al.*, 2018; Garcia; Viecili, 2018).

Nesta pesquisa compreende-se também que o fato de atuarem em um setor público parece trazer a elas defesas da ordem do real, mais precisamente representadas pelos direitos que garantem aquelas trabalhadoras desejosas de trabalharem menos em reduzirem a carga horária da jornada de trabalho. A busca por ficar mais tempo junto aos filhos e menos tempo atuando no trabalho parece gerar sentimento de gratificação nas participantes, como se pode analisar nas falas a seguir:

“Foi mais flexível, porque consegui redução de carga horária, de seis passei para quatro horas dia, o que me fez conseguir amamentar mais também, então foi bem melhor. Só que mesmo assim o retorno é muito difícil.” (Merendeira-2).

“Então esta redução de carga horária ajuda muito, eu reduzi porque estou com filho pequeno. Reduzi este tempo para conciliar melhor o trabalho com o cuidado com os meus dois filhos. Esta redução me ajuda muito!” (Professora-2).

Diante do já exposto, baseando em Dejours (2012), no que toca as defesas relativas à redução da carga horária, sejam elas, bem sucedidas ou não, o que as trabalhadoras, de modo geral ao usarem tais estratégias, sejam elas da ordem do real (trabalhar menos tempo) ou do simbólico (medo da perda do lugar de mãe), querem é estar munidas de proteção contra o medo da quebra do vínculo com seus bebês quanto à insegurança em serem substituídas pelas novas cuidadoras ou mesmo destituição do lugar materno em detrimento do profissional. Dados estes que podem ser originados da relação com o tempo de trabalho exercido cotidianamente, uma vez que, ainda segundo o mesmo autor (Dejours, 2012), este joga contra

o pensamento do trabalhador. No caso das participantes, este jogo pode ser a mola propulsora para fazê-lo de uma maneira tal, ou seja, reduzindo carga horária, para que ainda que de modo *menos penoso* não se pense no que funda uma ameaça para a coesão psíquica. No caso das profissionais em questão simbolizada pela fantasia do abandono, fazendo assim, serem constituídas as defesas trazidas nos discursos, sendo que entre as mais visíveis evidencia-se a negação de percepção da realidade amedrontadora. Segundo Amaral *et al.* (2019), de um lado, é necessário dar valor a utilidade e a função *adaptativa*, mas de outro, importa observar que a negação dos afunilamentos da capacidade de pensar apresenta seus inconvenientes, não apenas porque acarretam uma redução da subjetividade, mas porque ainda engendra a conhecida *resistência à mudança*, aqui bem exemplificada pelo desejo em continuarem sendo presentes somente como mães e não manifestando querer se distanciar dos filhos (as), ainda que por horas.

Sintetizando, as estratégias de defesas não são uniformes, pois cada sujeito se manifesta de um modo e não necessariamente permite mensurar o grau de perdas psíquicas que podem ou não gerar. No entanto, segundo Dejours (2012), quando são instaladas e que se mostram eficazes mediante a demanda do sujeito, as defesas devem ser conservadas, mantidas e protegidas. Assim, as estratégias de defesa participam da perpetuação das situações sobre as quais, justamente, têm por princípio combater os efeitos psíquicos deletérios ao sujeito trabalhador.

Por fim, é interessante salientar que, mesmo sendo as defesas uma busca por proteção da saúde mental das trabalhadoras em questão, não necessariamente elas sempre garantirão um bom funcionamento psíquico destas, pois as defesas em demasia são tão adoecedoras quanto à ausência delas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que o objetivo principal deste artigo esteve pautado na reflexão acerca das principais estratégias defensivas frente ao trabalho para mulheres egressas da licença maternidade, para melhor compreensão dos dados obtidos, faz-se necessário salientar

que, para tanto, a discussão se deu na perspectiva da teoria psicodinâmica do trabalho. No entanto, também torna-se interessante considerar as intersecções imbricadas no fenômeno, tais como as questões de classe, gênero e raça.

Nesse sentido, em uma perspectiva sociodemográfica, a totalidade das mulheres entrevistadas é assalariada, porém, entre as treze participantes identifica-se o predomínio da cor branca, sendo que dez entre as treze trabalhadoras assim se identificaram, ao passo que duas se descreveram como pretas e uma como parda.

Embora seja este um estudo de caso e, portanto, o número de participantes não dê margem para uma abrangência mais ampla, é possível inferir diante dos dados obtidos com os já apontados por outros estudos que, em seus achados, chamam a atenção para o fato que mulheres negras possuem menos oportunidade no mercado de trabalho que as ditas brancas e que quando conquistam uma oportunidade neste contexto, acabam por ocuparem posições inferiores frente às ocupadas pelas mulheres brancas. Denota como importante ressaltar que, nesta pesquisa, as mulheres/trabalhadoras que se declararam negras são oriundas de profissões ainda hoje tidas como de *baixo prestígio*, tal como o ser auxiliar de serviços gerais e berçarista, esta última, vulgarmente interpretada como *babá*.

Ao se analisar o nível de escolaridade das participantes, identifica-se o predomínio do ensino superior, visto que, dez entre treze entrevistadas possuem ensino superior completo, sendo que entre estas, quatro completaram os estudos de Pós-Graduação *Lato Sensu*. Dado este que leva a pensar em um maior investimento da mulher no que tange ao âmbito escolar. Entretanto, as diferenças de gênero prevalecem, já que 11 entre as participantes apontaram que, em suas casas, a principal fonte de renda provém dos ganhos do marido, levando a perceber que ainda hoje as mulheres seguem ganhando menos em suas atividades produtivas, fortalecendo assim a clássica crença da mulher como aquela que se encontra *abaixo do representado pelo masculino*.

Contudo, os marcadores de diferença não param por aí, já que dez entre as trabalhadoras entrevistadas (total de treze) declararam dividirem o trabalho reprodutivo-doméstico, mas deixam claro que quem mais se ocupa de tal fazer são elas mesmas, já que os ma-

ridos ainda hoje são vistos por elas não como responsáveis pelas atribuições domésticas, mas sim, como aqueles que a elas prestam um tipo de *ajuda*. Observando que entre estas, três não dividem as tarefas domésticas e sozinhas se responsabilizam por esta função, todavia não cobram a participação dos companheiros já que, segundo elas, o fato de eles *não as atrapalharem, já é um modo de ajuda*. Cabe ressaltar que crenças como estas vêm a fortalecer a ideia de mulher como aquela que ao marido/família serve, já que em sua constituição de feminino são “preparadas para as ditas “coisas de casa”. Compreende-se ainda o tempo de trabalho reprodutivo como discrepante, visto que diariamente as mulheres acabam por dedicar-se as tarefas domésticas de 1 (uma participante) até 12 horas por dia (quatro participantes), ao passo que os homens dedicam-se de 1 (dois parceiros) até 4 horas diárias (quatro parceiros).

Mediante a tal condição, faz-se imprescindível o uso de estratégias de defesa para melhor lidar com a realidade de trabalho vivenciada tanto no âmbito privado (tarefas reprodutivas), quanto no contexto público (atividades produtivas). Contudo, no caso deste estudo, torna-se relevante ressaltar que, ao contrário do que aponta a teoria psicodinâmica que aborda as estratégias enquanto uma defesa no que tange as vivências profissionais, ao refletirem sobre o retorno ao trabalho após o fim da licença maternidade as participantes apresentaram em seus discursos estratégias de defesa contra o possível sofrimento a ser experimentado devido à separação do bebê. No entanto, não se manifestam conteúdos essencialmente oriundos das atividades que retomaram a exercerem, mas caminhos que particularmente cada uma buscou percorrer a fim de aliviar a dor de estar distante dos filhos (as) no período de trabalho.

Sendo assim, pode se compreender que tais estratégias não são lançadas com o propósito de defender-se de fenômenos desvelados no posto de trabalho ou nas atividades executadas, mas sim, nas próprias vivências pessoais inerentes a relação mãe-bebê. Aliás, nos discursos não apontam conteúdos relacionados às atividades trabalhistas que exercem, mas sim sobre o sofrimento de lidar com a distância dos filhos (as) enquanto atuam profissionalmente.

Cabe aqui salientar que, assim como o fato de atuar no meio educacional contribui para que tivessem alguns sentimentos de

ordem negativa, tais como medo do não cuidado com os filhos, o mesmo contexto também auxilia no que tange as produções de estratégias defensivas. Desta maneira, as participantes acreditam que o fato de verem antecipadamente mães e filhos em sofrimento mediante a separação para o período da escola, desencadeou o interesse em retornar a aprender como se preparar para isso, pois a *dor* que observaram nos bebês, bem como as mães vivenciarem em seu contexto de trabalho, em seus discursos demonstraram que não querem experimentar.

Mediante a tal achado que para algumas atuou positivamente, cabe salientar que mesmo sendo as defesas uma busca por proteção da saúde mental das trabalhadoras em questão, em que para algumas atuou favoravelmente, não necessariamente elas sempre irão garantir um bom funcionamento psíquico destas mães/profissionais, uma vez que defesas em demasia são tão promotoras de adoecimento quanto à ausência delas.

Por fim, considera-se que, diante de tais achados, a contribuição desta pesquisa abarca tanto as reflexões acerca das mulheres trabalhadoras egressas de licença maternidade, quanto aqueles que em seu entorno se encontram. Haja vista que em detrimento das múltiplas funções que desenvolvem, torna-se fundamental que as mulheres busquem caminhos que as levem a vivenciarem seus papéis/identidade de modo real e confortável, considerando também sua saúde mental, no sentido que se deve levar a sério a possibilidade de inscrever a relação com o trabalho como mediadora na construção da saúde como um todo e, em decorrência, como meio extremamente importante de conjurar a angústia, o ressentimento e a violência que são contrapartidas ordinárias do sofrimento. No entanto, a realização de novas pesquisas para aprofundar os resultados nesta já obtidos se faz relevante pois, quanto mais profundas forem as informações à comunidade em questão, mais caminhos de esclarecimentos se desenharão visando a junção trabalho *versos* maternidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. J.; PRAUN, L. D.; AVOGLIA, H. R. C. O sentido do trabalho para mulheres

após a licença maternidade: um estudo com profissionais de educação. **SEMINA. Ciências Sociais e Humanas (ONLINE)**, v. 39, p. 147-158, 2018.

AMARAL, G. A.; MENDES, A. M. B.; FACAS, E. P. (Im)possibilidade de mobilização subjetiva na clínica das patologias do trabalho: o caso das professoras readaptadas. **Subjetividades**, v. 19, p. 15-29, 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

CARNUT, L. Pesquisa social ou pesquisa qualitativa? Uma dis(des)cu(constru)ss(ç)ão em pauta na saúde coletiva. **Saúde em Debate**, v. 43, p. 170-180, 2019.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**. São Paulo: Oboré, 1987.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1992.

DEJOURS, C. **Psicodinâmica do trabalho**. Barueri: Atlas, 1994.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

DEJOURS, C. **Trabalho vivo: trabalho e emancipação**. Rio de Janeiro: Paralelo Quinze, 2012.

FACAS, E. P.; GHIZONI, L. D. Trabalho como estruturante psíquico e sociopolítico em tempos de hipermodernidade. **Trabalho (En)Cena**, v. 2, n. 1, 2017.

FREITAS, L. G.; GHIZONI, L. D.; BOTTEGA, C. G.; CASTRO, T. C. M. Pensar, agir, trabalhar. **Trabalho (En)Cena**, v. 4, p. 152-153, 2019.

GARCIA, C. F.; VIECILL, J. Implicações do retorno ao trabalho após licença-maternidade na rotina e no trabalho da mulher. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 30, p. 271-280, 2018.

GIANNINI, R.; SZNELWAR, L. I.; UCHIDA, S.; LANCMAN, S. A cooperação como instrumento de enfrentamento do real: o caso dos magistrados do trabalho no Brasil. **Laboreal (Porto. Online)**, v. 15, 1-10, 2019.

JERUSALINSKY, J. **A criação da criança: letra e gozo nos primórdios do psiquismo**. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, São Paulo, 2009.

LIMA, S. P.; SANTOS, E. K. A.; ERDMANN, A. L.; SOUZA, A. I. J. Desvelando o significado da experiência vivida para o ser-mulher na amamentação com complicações puerperais. **Texto e Contexto**, v. 27, e0880016, 2018.

MARTINS, C. A.; ABREU, W. J. C. P.; FIGUEIREDO, M. C. A. B. Torna-se pai e mãe: Um papel socialmente construído. **Revista de Enfermagem Referência**, v. 4, n. 2, p. 121-131, 2014.

MENDES, A. M. Comportamento defensivo: uma estratégia para suportar o sofrimento no trabalho. **Revista de Psicologia da UFC, Ceará**, v. 13-14, n. 1-2, p. 27-32, 1996.

MENDES, A. M. Cultura Organizacional e prazer-sofrimento no trabalho: uma abordagem psicodinâmica. In: TAMAYO, A. **Cultura e Saúde nas Organizações**. Barueri: Artmed, 2004. p. 60-76.

MENDES, A. M. Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho. In: MENDES, A. M. (ed.).